

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2024 a 31/03/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/7

2.2024	Sessão Ordinária - CD	19/03/2024-10:44
Publ.: DCN - 20/03/2024 -	Arthur Lira-PP -AL	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da Câmara dos Deputados abriu a Sessão Solene de Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2024 (CNI), destacando a importância da indústria na geração de empregos e renda, e elogiando a Agenda Nacional da Indústria formulada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Destacou a necessidade de modernização do parque industrial, com eficiência e sustentabilidade, para cumprir os compromissos internacionais de redução de emissões. Ressaltou a relevância da reforma tributária e da melhoria da infraestrutura para a competitividade dos produtos brasileiros. Prometeu-se a considerar as prioridades da indústria ao estabelecer as agendas legislativas. Agradeceu à CNI e reiterou o compromisso de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento do país.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL. Para discursar - Presidente.) – Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin; Primeiro-Vice-Presidente do Congresso Nacional e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, requerente desta sessão, Deputado Marcos Pereira; requerente, também, desta sessão, Senador Mecias de Jesus, que muito me honra pela sua amizade; Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Ricardo Albal; Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Paulo Afonso Ferreira; Sras. e Srs. Embaixadores, encarregados de negócios e demais membros do Corpo Diplomático da Índia, do Irã, de Israel, de Portugal, do Uruguai; Sras. e Srs. Presidentes das Federações das Indústrias das Unidades da Federação; Srs. Deputados; Srs. Senadores; senhoras e senhores.

A indústria desempenha papel fundamental no esforço para a geração de emprego e renda em nosso país e a Agenda Nacional da Indústria, documento formulado anualmente pela Confederação Nacional da Indústria, constitui-se em instrumento de grande importância para qualificar o diálogo entre a indústria e o Parlamento. O caráter democrático de sua elaboração, a partir de um debate amplo e transparente com as entidades que representam o setor, faz

com que ela seja um reflexo fiel dos anseios da indústria brasileira. E sabemos que esta não é uma agenda exclusiva dos industriais, é uma agenda do Brasil, é uma agenda do desenvolvimento nacional.

As demandas do setor e da sociedade estão estreitamente entrelaçadas. Todos queremos prosperidade e riqueza. Todos queremos pleno emprego, com respeito ao meio ambiente. Neste contexto, entre as proposições elencadas como prioritárias pela CNI para este ano, vejo que várias compõem a chamada pauta verde, prova do compromisso da indústria brasileira com a modernidade. Isso é muito importante no momento em que o setor e o Brasil têm que encarar o desafio da neoindustrialização.

Modernidade significa eficiência de mãos dadas com sustentabilidade. Em 2022, o Brasil se comprometeu, como signatário do Acordo de Paris, a chegar em 2030 emitindo 50% menos de carbono que em 2005. Para que consigamos cumprir esta meta, é indispensável que a modernização do nosso parque industrial leve em conta a necessidade de descarbonização da cadeia produtiva e de redução da emissão de poluentes.

A observância dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil neste sentido tem sido intensamente debatida pelo Parlamento. Exemplo disso é o estudo que está sendo elaborado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes). Nele são discutidos os desafios brasileiros nas políticas para a reindustrialização, no contexto da transição energética e da descarbonização.

Todo o esforço deste Parlamento e do setor industrial, voltado para modernizar nosso parque industrial sobre novas bases, será vão se não houver um ambiente institucional favorável a isso. A Agenda Nacional da Indústria, ao elencar as prioridades legislativas, muito contribui para que se estabeleça a necessária sinergia entre o setor e o Poder Legislativo em prol do desenvolvimento nacional.

Senhoras e senhores, no ano passado, o Congresso Nacional deu um passo histórico ao conseguir aprovar a reforma tributária. Apesar de décadas de discussão da matéria, essa era uma das demandas incluídas na agenda da CNI do ano passado. Este ano, vamos nos debruçar sobre propostas para a regulamentação da reforma, de modo a promover definitivamente a modernização do nosso sistema tributário e eliminar, assim, um dos maiores entraves para a prosperidade nacional.

Outros obstáculos são os gargalos na infraestrutura, especialmente nos setores de transportes e de energia. Esses fatores impactam os custos e o preço final, comprometendo a competitividade dos nossos produtos no exterior. O Parlamento está atento para a necessidade de assegurarmos ao setor uma infraestrutura compatível com a ampliação do nosso parque industrial e com a dinamização da economia.

Ao elaborar a sua agenda legislativa, a CNI muito contribui para estreitar o diálogo com o Congresso Nacional. De minha parte, Presidente Alban, como Presidente da Câmara dos Deputados, reitero o compromisso de levar em consideração os projetos elencados pela indústria nacional ao estabelecer, junto com os Líderes desta Casa, as prioridades do setor.

Quero agradecer ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Alban, e a todos aqueles que contribuem para que o setor industrial e o Poder Legislativo estejam cada vez mais afinados no esforço para que o Brasil se torne a Nação próspera, moderna e socialmente justa que todos desejamos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin.

Documento 2/7

2.2024	Sessão Ordinária - CD	19/03/2024-10:51
Publ.: DCN - 20/03/2024 -	Geraldo Alckmin---	
	HOMENAGEM	
	DISCURSO	

Sumário

O Vice-Presidente da República destacou a importância da Sessão Solene e parabenizou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pela agenda legislativa. Enfatizou a necessidade de uma indústria inovadora, competitiva, exportadora e sustentável. Apresentou diversas iniciativas em andamento na Câmara dos Deputados para promover esses objetivos, incluindo projetos de estímulo à inovação, depreciação acelerada, mobilidade verde e Letra de Crédito do Desenvolvimento. Também mencionou acordos comerciais e medidas de desburocratização. Destacou a importância da reforma tributária para impulsionar a economia. Encerrou com uma anedota sobre sua experiência como Deputado Federal Constituinte.

O SR. GERALDO ALCKMIN (Para discursar. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Arthur Lira. Quero cumprimentar o Primeiro-Vice-Presidente do Congresso Nacional e requerente desta sessão, o Deputado Federal Marcos Pereira. Quero cumprimentar também o requerente da sessão, o Senador Mecias de Jesus; o Presidente da CNI, Ricardo Alban; e o Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, Paulo Afonso Ferreira.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Senadoras, Senadores, será uma palavra breve, mas quero saudar aqui a importância desta sessão e parabenizar a CNI

pela agenda legislativa da indústria. E quero cumprimentar o Parlamento.

A Nova Indústria Brasil, ali disse a CNI, indústria inovadora, indústria exportadora, indústria sustentável, indústria competitiva.

Então, indústria inovadora. O Congresso Nacional, a Câmara, Arthur Lira, aprovou TR para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Então, nós vamos impulsionar a inovação. TR é 4% ao ano, é menos que a inflação. Então, está bem equacionada a questão do crédito para a inovação. BNDES, Embrapii, Finep, Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia estimulando a inovação.

Uma indústria competitiva. Está aqui, na Câmara dos Deputados – e quero cumprimentar o Deputado Márcio Honaiser, porque é o Relator da matéria –, a proposta de depreciação superacelerada. Nós precisamos renovar o parque industrial que está envelhecido, trocar as máquinas e equipamentos para ganhar competitividade. Eu compro uma máquina e levo 10, 15 anos para depreciar. Por esse projeto vai ser depreciada em dois anos. Então, eu reduzo o Imposto de Renda da pessoa jurídica, reduzo a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, estimulando a renovar máquinas e equipamentos, e vou ao encontro de dois desafios, aumentar investimento no Brasil e aumentar produtividade. Então, o projeto depreciação acelerada está aqui na Câmara Federal. Aliás, quero cumprimentá-lo, Arthur Lira, e a Câmara, pela agilidade – eu fui Deputado Federal –, o Legislativo tem dado respostas rápidas à agenda brasileira.

Um outro projeto de competitividade é o Mover (Mobilidade Verde), que também veio ao encontro da sustentabilidade. São 3,5 bilhões em cinco anos para estimular descarbonização nas várias rotas tecnológicas, elétrico, híbrido, etanol, flex, SAF, hidrogênio de baixo carbono, biogás, biodiesel, enfim, descarbonizar, o Brasil vai ser o campeão dos híbridos, e isso motivou 107 bilhões de investimentos anunciados para a indústria automotiva, que tem uma cadeia longa, representa 20% da indústria brasileira.

Queria destacar também que está aqui na Câmara o projeto de lei do LCD (Letra de Crédito do Desenvolvimento). Existe o LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), LCI (Letra de Crédito Imobiliário). Então, nós teremos a Letra de Crédito do Desenvolvimento para a indústria. Isso torna o crédito 1%, 1,5% mais barato, porque você reduz o Imposto de Renda para a pessoa física e para a pessoa jurídica, e vai captar no mercado, você capta no mercado. Então, é um bom projeto de lei que está aqui na Câmara Federal.

E uma indústria exportadora, estimular a exportação. Aí, quero saudar o acordo comercial Mercosul-Singapura, os trabalhos para o acordo Mercosul-União Europeia e EFTA, e a entrada da Bolívia também no Mercosul, ajudando nos acordos comerciais para a competitividade.

E, finalmente, a desburocratização. Nós estamos desburocratizando tudo. Exportação de frango para a Europa e Reino Unido, União Europeia e Reino

Unido: era papel, R\$166 por guia. Agora é tudo digital, não paga mais nada, nada, nada.

Mas quero, finalmente, cumprimentá-los pela reforma tributária. Ela vai fazer diferença. Essa é uma reforma que não foi fácil de aprovar, não é fácil você compatibilizar vários interesses – política é arte e ciência ao encontro do bem comum, do bem coletivo, é você conseguir harmonizar –, mas ela vai impulsionar a economia, ela traz eficiência econômica. Ela deve, em 15 anos, aumentar em 12% o PIB brasileiro, porque ela desonera totalmente o investimento e desonera totalmente a exportação. Ela acaba com a cumulatividade.

Ao encerrar, Arthur Lira, Senadores, Deputados, me permitam encerrar lembrando aqui uma passagem como Deputado Federal. Eu fui Deputado Federal Constituinte, 1987-1990 – vejo vários colegas aqui –, e, depois, em 1990-1994. Uma sexta-feira, aquela sessão fraquinha, de poucas pessoas, eu estou sentado ali na quinta fileira, tinha quase ninguém no Plenário, sexta à tarde, e dois Deputados Federais vêm à tribuna. Estou falando em 1994, lançamento do Plano Real, URV. Os dois entram em debate e do debate partem para as vias de fato. Eles eram fortes, altos. Partiram para a luta corporal, me vi no dever de apartar. Não vou deixar... Tinha quase ninguém, nós éramos dois, três Deputados, então eu corri para apartar. Só que, os dois muito grandes, eu entrei meio com a perna assim, meio forte e tal, para apartar. E o Alexandre Garcia mantinha uma câmara escondida ali em cima, e domingo passavam no Fantástico os flagrantes do Plenário da Câmara.

Bom, peguei o avião à noite, fui embora para São Paulo, segunda-feira fui pôr gasolina no carro, abastecer o carro, o frentista em Pindamonhangaba falou: "Doutor, o senhor é bom de briga, hein?". (*Risos.*) Aí eu falei: "Como assim, bom de briga?" "Não, eu vi, o senhor enfrentou dois, era pernada para todo lado." (*Risos.*) Fui apartar briga no Plenário e fiquei com fama de briguento. Olha aí como é que é a vida parlamentar, não é?

Bom trabalho, parabéns! (Palmas.)

Documento 3/7

2.2024
Publ.: DCN - 20/03/2024 -

Sessão Ordinária - CD 19/03/2024-10:59
Marcos Pereira-REPUBLICANOS -SP
HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da Sessão Solene para apresentar a Agenda Legislativa da Indústria de 2024. Mencionou sua atuação como Ministro da Indústria e sua participação em frentes parlamentares voltadas para a indústria.



Enfatizou a relevância do diálogo e da coordenação de esforços para impulsionar a indústria brasileira, citando o papel dessas ações na aprovação da reforma tributária. Além disso, destacou o Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2019, de sua autoria, que trata da vedação de limitação da execução orçamentária do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), ressaltando sua importância para acelerar o registro de patentes no País. Por fim, reiterou seu compromisso com o desenvolvimento industrial e o benefício para toda a sociedade brasileira.

O SR. MARCOS PEREIRA (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Presidente Arthur Lira, saúdo V. Exa. e, na sua pessoa, todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. Na pessoa do Senador Mecias de Jesus, saúdo todos os Senadores e Senadoras aqui presentes; Sr. Vice-Presidente da República e Ministro Geraldo Alckmin; Ricardo Alban, meu amigo – eu me lembro de que, no ano passado, quando presidia esta sessão solene de apresentação da Agenda Legislativa da Indústria, o saudava e você estava ali sentado junto com seus colegas presidentes de federações de estados, e agora Presidente da Confederação Nacional, receba um abraço fraterno –; Paulo Afonso, também meu grande amigo.

Eu quero dizer que é muita honra para mim subscrever, juntamente com o Senador Mecias, o requerimento para a realização desta sessão, que foi especialmente convocada para apresentar ao Congresso e à sociedade a 29ª edição da Agenda Legislativa da Indústria de 2024, que representa as matérias prioritárias para a indústria a serem debatidas neste ano.

O compromisso com a indústria brasileira é marca do nosso partido, assim como da nossa trajetória individual. Vocês sabem que eu sou um apaixonado pelo tema há muitos anos. A indústria é o setor que moldou o Estado de São Paulo e fez dele o que é hoje – estado onde criei raízes e que tenho a honra de representar neste Parlamento.

O desejo de contribuir para a revitalização da indústria, em São Paulo e em todo o País, me levou a assumir o cargo de Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, entre 2016 e 2018. Também me conduziu, aqui no Congresso Nacional, a participar de diversas frentes parlamentares voltadas à promoção de diferentes setores da indústria de transformação, como máquinas e equipamentos, indústria têxtil, elétrica e eletrônicos. Estas duas últimas frentes, aliás, eu tive a honra de presidir na legislatura passada.

Seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo, estamos sempre coordenando esforços em favor da indústria, em diálogo com os representantes do empresariado e com as autoridades públicas. Esse trabalho dá frutos. Graças a ele, por exemplo, um projeto de que fui um dos autores foi transformado com êxito na Lei 13.969, de 2019, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores.

E é para continuar colhendo vitórias em favor da indústria brasileira que eu venho com tanto interesse em receber esta nova edição da agenda legislativa preparada pela CNI. Alguém que, como eu, conhece o poder do diálogo com a sociedade civil e da coordenação de esforços dentro do Parlamento certamente não subestimará a importância de uma sessão como esta.

Eu não tenho dúvidas de que os senhores e as senhoras aqui presentes partilham da mesma consciência, porque todos nós vimos e continuamos a ver seus resultados. Muita gente, no Brasil, não acreditava, como o Presidente Arthur Lira mencionou no seu pronunciamento, que uma reforma tributária substancial pudesse ser aprovada, mas vocês acreditaram, assim como nós acreditamos. E está aí: aquilo que no passado era apenas um item na agenda da indústria agora é uma emenda constitucional promulgada após a devida aprovação em dois turnos, em ambas as casas do Congresso Nacional. Se mesmo neste tema tão delicado foi possível costurar um acordo que permite ao Brasil avançar, não é surpresa que muitas outras propostas que no passado compuseram a agenda legislativa da indústria concretizem-se em leis.

No que depender de mim, Presidente Alba, isso vai se repetir muitas vezes mais.

Devemos aprimorar infraestrutura e logística para diminuir burocracias, de forma a garantir que as nossas empresas tenham acesso eficiente aos mercados domésticos e internacionais. Com isso, temas como a modernização do setor elétrico, a instituição da Política Nacional de Economia Circular e a instituição do sistema brasileiro de crédito oficial à exportação são relevantes e estratégicos para o ano de 2024.

Além disso, verifiquei, inclusive, que, entre as 134 proposições priorizadas pela indústria, consta o PLP 143, de 2019, de minha autoria, que trata de vedação de limitação da execução orçamentária do INPI, matéria extremamente importante e relevante para preservar o orçamento do instituto, uma vez que hoje milhares de pedidos de registro de patentes estão atrasados no país, demorando muitos anos para serem liberados. Aproveitando a oportunidade da presença dos meus nobres pares, pontuo que esse projeto já foi encaminhado ao Senado Federal para a revisão. Portanto, já foi aprovado aqui na Câmara, e aguardamos agora apreciação pelo Senado Federal.

Eu disse, no ano passado, Alba, que a agenda da indústria é a agenda do Brasil. Permaneço convicto disso. Os principais fatores que afetam a competitividade do setor industrial também são cruciais para o bem-estar da sociedade brasileira como um todo. A melhoria da educação e da infraestrutura, a desburocratização, a garantia de segurança jurídica, tudo isso é meta não só da indústria, mas do Brasil. Digo ainda mais: no que toca à transição para uma economia de baixo carbono e, consequentemente, atenuação das mudanças climáticas, estamos diante de um objetivo que afeta toda a humanidade. Trabalhar pela indústria, então, traz benefícios reflexos e difusos para todos que se tornam muitos significativos efeitos diretos: geração



de emprego e a produção de bens de mais alto valor agregado.

Eu vejo isso no meu estado de São Paulo, o mais industrializado do país, e percebo que é desejável para todo o nosso território. Daí vem meu comprometimento incondicional com a causa da indústria. Contem comigo! Quero que a economia nacional seja forte em todos os setores para que cada brasileiro tenha as mais amplas possibilidades de desenvolvimento e realização.

Muito obrigado. (Palmas.)

Documento 4/7

35.2024

Publ.: DCD - 22/03/2024 -

Sessão Ordinária - CD

21/03/2024-16:56

José Guimarães-PT -CE

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado, Líder do Governo, destacou o balanço de 13 (treze) meses de gestão do Presidente Lula, ressaltando o cumprimento das promessas de campanha e os avanços alcançados em diversos setores. Destacou a retomada do crescimento econômico, controle da inflação, queda do desemprego e aumento da renda do trabalhador. Enfatizou a importância das medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, como a PEC da Transição e a Reforma Tributária, para a estabilidade econômica e previsibilidade aos investidores. Salientou os investimentos em programas sociais, infraestrutura, educação e saúde. Por fim, agradeceu ao Congresso e reiterou o compromisso de seguir implementando as políticas para continuar promovendo o crescimento do Brasil.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha fala como Líder do Governo não é sobre o tema que está sendo discutido, cujo parecer acabamos de ouvir a Relatora, a Deputada Dani Cunha, ler. O diálogo sobre ele está sendo processado. Eu aproveito este tempo de conversa do Presidente com a Relatora e os demais Líderes para relatar a V.Exas. e ao País a importância que teve o balanço que o nosso governo, o Governo do Presidente Lula, apresentou ao País na última segunda-feira. Em reunião ministerial, fizemos o balanço dos 13 meses de governo, daquilo que foi anunciado, daquilo que foi realizado e daquilo que falta ainda realizar.

No balanço que foi feito pelo Presidente Lula e pelos Ministros — e eu acompanhei toda a reunião —, identificamos, pela apresentação que foi feita pelo Ministro Rui Costa, desses 13 meses de governo, que tudo o que foi

prometido, do ponto de vista da campanha eleitoral, o Governo cumpriu, e até mais, nesses primeiros 13 meses de governo. Todos os programas com os quais o nosso Governo fez compromisso foram lançados. Esse foi o balanço das ações que vários Ministérios já lançaram, em todas as áreas, com ênfase na economia, na educação, na cultura, na segurança pública, principalmente naquilo que para nós é decisivo, do ponto de vista da retomada do crescimento da economia brasileira, ou seja, o que foi construído na relação do Brasil com o mundo.

O Brasil hoje respira aliviado. O nosso Governo está fazendo o controle da inflação, e houve queda de juros pela sexta vez consecutiva. É correto criticar e pedir que se acelere a queda dos juros, porque fica comprometido o crescimento da economia, se não houver uma queda mais robusta. Sempre foi dito para nós que se mantêm altas as taxas de juros em função do risco de inflação. O Brasil alcançou, nesses 13 meses de governo do Presidente Lula, o menor patamar de inflação dos últimos anos. Ela está totalmente controlada.

Destaco os indicadores econômicos, especialmente aquilo que, para nós, é fundamental, ou seja, o aumento da renda do trabalhador, da massa salarial, em mais de 11%. O desemprego atingiu uma das menores taxas desde 2015, caiu para 7,6%, e, o que é mais importante, já geramos um nível muito alto de emprego nesses 13 meses de governo.

A agenda que o Presidente Lula fez no âmbito internacional resultou na retomada dos investimentos estrangeiros, que colocam o Brasil entre as cinco economias que mais recebem investimentos estrangeiros. Isso diz bem da importância da agenda internacional que foi construída pelo Presidente Lula.

Esta Casa deu uma contribuição muito grande para o País votando todas as matérias de interesse do Governo e do Brasil, a começar pela PEC da Transição. Sem a PEC da Transição, que esta Casa aprovou no final de dezembro de 2022, nós não teríamos tido o sucesso que tivemos. Os dados revelam bem que todas as matérias que nós aprovamos nesta Casa foram decisivas para a retomada do crescimento da economia brasileira. Muitos não acreditavam que nós aprovaríamos todas as matérias, da PEC da Transição à reforma tributária, ao novo regime fiscal, que acabou com a PEC do teto dos gastos públicos, mas fizemos tudo isso, além da retomada dos programas, da votação de medidas provisórias que deram aos programas sociais uma nova robustez social. Com tudo isso que nós fizemos, eu não tenho dúvida de que o Congresso Nacional, especialmente a Câmara Federal, deu uma contribuição enorme para a retomada do crescimento, para a segurança jurídica do País, deu previsibilidade para aqueles que querem investir e precisam de segurança jurídica em relação ao Governo. Todas as agências de risco avaliam que o Risco Brasil a cada dia cai mais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, várias matérias que nós aprovamos no plenário integram o balanço que o Ministro Fernando Haddad sempre colocou para o Congresso, de que nesta semana era decisiva a aprovação dessas



matérias. Era o cinturão da fortaleza de que precisava a economia para ter sustentabilidade e crescer, com geração de renda e emprego.

Esses dados que nós estamos apresentando neste momento foram apresentados na última reunião ministerial, pelo Presidente Lula e pelo Ministro Rui Costa.

Todos os investimentos crescem. O PAC, que foi lançado ano passado, de 1,7 trilhão de reais, o PAC Seleções, que foi lançado recentemente e anunciado pelo Presidente Lula, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tudo isso faz cada vez mais nós termos crença de que, objetivamente, o Brasil está no rumo certo. A reconstrução que estamos fazendo é uma reconstrução que tem sustentabilidade em todas as áreas do Governo. Na cultura, a implementação da Lei Paulo Gustavo; os programas lançados pelo Ministério da Educação, como o Pé-de-Meia, que está tendo um enorme sucesso; os programas lançados pelo Ministério da Saúde; os programas lançados pelo Ministério da Mulher; tudo isso que nós estamos fazendo diz bem do nosso empenho de retomar a reconstrução do Brasil e dar ao Brasil condições dignas para o seu povo, com a melhoria, cada vez mais, dessas políticas públicas.

Faço este registro para que o País tome conhecimento. Se cada brasileiro entrar lá no *site* da Casa Civil, vai ver o balanço do que foi feito nesses 13 meses de Governo, do que nós apresentamos ao País e é coroado de muito sucesso. O ano de 2024, por exemplo, é o ano da colheita. E nós estamos empenhados para realizar tudo. Não vamos lançar mais programa novo, e sim implementar tudo aquilo que foi anunciado no ano de 2023, Sr. Presidente.

Portanto, é esse relato que eu peço vênia para que seja registrado nos Anais desta Casa. E peço que o meu pronunciamento escrito, que eu já protocolei, seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação deste Parlamento.

E a última palavra é de agradecimento a tudo o que este Congresso fez, especialmente a Câmara, para ajudar — concluo, Presidente — essa enorme reconstrução que o Presidente Lula está fazendo no Brasil e que exige muita capacidade de articulação, muito diálogo com o Parlamento. E não faltou dos nossos Líderes, nem do Presidente da Câmara, nenhuma atitude menor que não tivesse contribuído para as vitórias que nós alcançamos no último ano de 2023.

É seguir em frente para que o Brasil continue crescendo!

Muito obrigado.

Sumário

A Deputada destacou a aprovação da Reforma Tributária após décadas de debates sobre a necessidade de alterar o Sistema Tributário Nacional estabelecido na Constituição de 1988. Ressaltou a importância de um sistema tributário equilibrado para garantir recursos para serviços públicos e estimular o setor produtivo. Lembrou que apesar das divergências políticas e das tentativas anteriores, a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição nº 175, de 1995, os efeitos da Reforma Tributária aprovada pela PEC nº 45, de 2019, entrarão em vigor progressivamente ao longo das próximas décadas, permitindo adaptação ao novo contexto em que uma economia pujante, marcada pela justiça social, seja alcançada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

A Sra. LAURA CARNEIRO (PSD-RJ) pronuncia o seguinte discurso: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a aprovação da Reforma Tributária que ocorreu no fim do ano passado é uma grande vitória do povo brasileiro. Afinal, já havia consenso sobre a necessidade de alterar o Sistema Tributário Nacional para dinamizar a economia brasileira, faltando apenas definir qual seria o novo arranjo. Passadas quase quatro décadas de intensos debates, a perspectiva de futuro diante dos brasileiros se mostra muito mais promissora.

O fato é que a importância de um sistema tributário bem desenhado não pode ser subestimada. Por um lado, a arrecadação tributária provê recursos para o custeio de serviços públicos como os de saúde e educação, que formam a base da justiça social. Por outro lado, a retirada de recursos da iniciativa privada pode desestimular o setor produtivo e gerar desemprego.

Por isso, o sistema tributário precisa ser disposto de forma balanceada, e isso é relevante não apenas no que concerne ao estabelecimento da carga tributária. É fundamental que se possa tratar desigualmente as situações desiguais, taxando, por exemplo, as atividades econômicas essenciais com menos vigor do que os luxos e as atividades socialmente perigosas, como a venda de bebidas alcoólicas.



O Sistema Tributário Nacional foi estabelecido na Constituição de 1988 dando enfoque nessa possibilidade de particularizar situações. Por isso, ele é caracterizado pela existência de muitos tributos marcados por ampla liberdade para a fixação de parâmetros adequados à realidade de cada local.

Infelizmente, porém, a estratégia logo mostrou o revés da complicação. O enfoque na especificação resultou em quadro normativo excessivamente detalhado. Com isso, o empresário se via sem poder prever o resultado de suas operações e, diante da insegurança, recuava no empreendimento.

Em menos de uma década de vigência, a necessidade de mudança estava clara, o que culminou na apresentação da PEC 175 de 1995. Posteriormente, novas PECs foram propostas em 2003, 2008 e 2019, mas nenhuma alcançou o quórum necessário para a aprovação.

Esse nível de divergência indica o tanto que a matéria é sensível. Diferentes correntes políticas posicionam-se de formas distintas acerca de muitos dos aspectos envolvidos, o que dificulta bastante a construção de consenso. Assim, embora todos concordassem sobre a necessidade de reformar o Sistema Tributário Nacional, não havia acordo quanto ao novo modelo.

Felizmente, quase quarenta anos desde a propositura do primeiro projeto de reforma, o novo sistema está aprovado. A medida, fruto de amplo debate, nos traz a esperança de transformação da economia nacional para o padrão que todos buscamos.

Os efeitos da reforma entrarão em vigor progressivamente ao longo das próximas décadas, permitindo adaptação ao novo contexto. Com isso, estou confiante de que teremos melhores condições para alcançar uma economia pujante e marcada pela justiça social.

Muito obrigada.

Documento 6/7

44.2024

Publ.: DCD - 28/03/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Bia Kicis-PL -DF

27/03/2024-16:28

BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a equipe econômica do Governo pela elaboração secreta da regulamentação a reforma tributária. Denunciou a lógica arrecadatória do Governo, acusando-a de prejudicar os produtores rurais e os consumidores com altos impostos, apesar das promessas de transparência e diminuição da carga tributária feitas pelo Ministro Haddad. Também questionou a atuação do IBGE e associou a impopularidade de Lula à crise econômica do País. Destacou a importância do Congresso em não trair a população durante a votação da regulamentação da reforma tributária.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, a equipe econômica do Governo elabora e mantém a sete chaves os projetos de lei complementar que regulamentarão a reforma tributária promulgada no ano passado por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 2023 — é o chamado segredo de polichinelo.

O que virá por aí, sem sombra de dúvida, será um reflexo da sanha arrecadatória deste Governo, que está sempre buscando arrecadar, arrecadar, arrecadar! Esta é a lógica fiscal do "lulopetismo": cavar para si um Estado obeso, ineficiente, intervencionista e empreguista.

Como explicar de outra maneira o misterioso contraste atual entre as queixas dos produtores rurais de que os preços estão caindo muito, causando prejuízos para quem planta, colhe e comercializa, e, por outro lado, os preços cada vez mais altos pagos pelo consumidor? Qualquer dona de casa, quando entra em um supermercado, sente na pele e no bolso os preços dos alimentos, que estão indo às alturas. Os preços caem numa ponta, com prejuízo para o produtor, mas sobem na outra. Por quê? Por causa da elevação dos impostos.

É claro que a realidade sentida pelo povo é diferente das estatísticas divulgadas pelo IBGE. Nós sabemos quem está à frente do IBGE. É um aliado do Lula que foi criticado, que não tem a menor condição técnica de ocupar esse cargo, mas está lá. Ele, inclusive, mudou os critérios de aferição do IBGE.

A verdade é que a reforma tributária, que, na imaginação do povo, deveria trazer mais transparência e diminuir a carga, como prometido pelo Ministro Haddad, não desonera. Ao contrário, ela penaliza a cadeia produtiva e aumenta, de forma pesada, a onerosidade, com prejuízo inclusive para a prestação de serviços e a geração de empregos.

Sr. Presidente, não é à toa que, quanto mais o tempo passa, mais a popularidade do Lula afunda. Afunda porque o povo não é bobo, o povo não é besta. O povo está vendo o que está acontecendo: discursos, narrativas. Aliás, a cada dia, o povo tem uma historinha para ver. A de ontem foi o Lula com o Macron lá na Amazônia, entregando a soberania da Amazônia.



Fica evidente, a cada dia que passa, que o principal vetor da impopularidade é a triste condição da nossa economia, com impostos, com inflação, com a quebra da segurança jurídica, como no caso do PERSE.

Sr. Presidente, peço que as minhas palavras sejam reverberadas no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Espero que o Congresso faça a sua parte neste momento e não traia a população brasileira quando formos votar os projetos de lei complementar de regulamentação da reforma tributária.

Muito obrigada.

Documento 7/7

43.2024

Publ.: DCD - 28/03/2024 -

Sessão Ordinária - CD

27/03/2024-12:16

Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

COMISSÃO GERAL

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Ele destacou a importância do setor de turismo brasileiro e elogiou o PERSE, ressaltando a necessidade de apoiar as empresas ligadas ao turismo, hotelaria e eventos, visando fortalecer a indústria verde do país. Enfatizou também a importância da reforma tributária para melhorar o sistema tributário brasileiro e impulsionar o desenvolvimento econômico.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - É uma honra, Sr. Presidente, Deputado Gilson Daniel, Sra. Presidente Nacional do Podemos, Deputada Renata Abreu. Os dois são do Podemos, como eu também, um partido que se estabelece no Brasil em defesa do liberalismo, em defesa do Brasil, em defesa da economia de mercado, da estabilidade política e da democracia brasileira.

O setor de turismo brasileiro é o futuro, é o presente e é o futuro. Ele passou por um período muito difícil, como todos os setores de prestação de serviços, durante a pandemia, veio o PERSE — Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, e agora vem a discussão sobre dar mais um fôlego para as empresas ligadas ao turismo.



Sr. Presidente, como sabemos, no turismo do mundo inteiro, quando o estrangeiro vai para outro país, o imposto que ele paga naquele país é devolvido, menos no Brasil. Portanto, ajudar as empresas do turismo, da hotelaria, do setor de eventos, de todas as categorias, que são inúmeras, é ajudar a indústria verde do nosso País.

Por que nós estamos aqui? Porque o sistema tributário brasileiro é o pior sistema do mundo. Estamos na iminência de adotar um novo sistema tributário, justo, solidário e fraterno. Nós teremos um futuro melhor com o que vamos aprovar daqui em diante.

Então, parabéns, Sr. Presidente! Eu quero me congratular com V.Exa., Deputado Gilson Daniel, porque tem liderado esse movimento. Há 2 semanas, no Senado Federal, V.Exa. liderou esse movimento, junto com a Deputada Renata Abreu. É um prazer muito grande estar na retaguarda de V.Exas. na questão econômica e tributária, que é a minha praia.

Viva o PERSE! Vida longa ao PERSE!
